

**TECNOLOGIA, MOBILIDADE
E ESTRATÉGIA NA POLÍCIA
MILITAR DO PARÁ: ANÁLISE
DOS APLICATIVOS PMPA
MOBILE, SOS PM E
IMEIGUARD NA DEFESA
SOCIAL**

TECHNOLOGY, MOBILITY AND STRATEGY IN THE MILITARY POLICE OF
PARÁ: ANALYSIS OF THE APPLICATIONS PMPA MOBILE, SOS PM AND
IMEIGUARD IN SOCIAL DEFENSE

Ciências Sociais Aplicadas • 22/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779301401](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779301401)

Anderson Luís Martins Flores¹

Anderson Pinheiro da Silva²

Reinaldo Gomes Dos Santos³

Ruivaldo Pantoja Abreu⁴

RESUMO

Nas últimas décadas, a modernização tornou-se um caminho sem volta para as organizações de segurança, uma vez que os desafios impostos pela criminalidade e pela complexidade social exigem respostas mais rápidas, precisas e embasadas em informações confiáveis. Dessa forma, o artigo analisa como os aplicativos PMPA Mobile, SOS PM e IMEIGuard materializam os eixos estratégicos do Plano Estratégico 2015-2025 da Polícia Militar do Pará e contribuem para a qualificação das ações de Defesa Social. A pesquisa é explicativa, de abordagem qualitativa, apoiada em levantamento bibliográfico e documental, utilizando análise de conteúdo (Bardin, 2011) e estatística descritiva (Bussab; Morettin, 2017) para tratar os dados institucionais. Os resultados indicam que o PMPA Mobile reduziu em 72% o tempo de consulta veicular e ampliou em 41% as abordagens com dados confirmados no interior do estado. O SOS PM diminuiu o tempo de resposta emergencial de 12 para 3 minutos e 40 segundos nas áreas urbanas, com 92% dos acionamentos recebendo suporte antes do agravamento do risco. O IMEIGuard recuperou 1.307 celulares, com valor estimado de R\$ 2,8 milhões, e reduziu em 29% os roubos e furtos de aparelhos nas regiões de uso frequente. Conclui-se que as três ferramentas representam a materialização concreta do planejamento estratégico institucional, promovendo modernização, eficiência operacional e valorização profissional, com impacto direto na proteção da sociedade paraense.

Palavras-chave: Tecnologia; Defesa Social; Polícia Militar do Pará; Planejamento estratégico; Aplicativos móveis.

ABSTRACT

In recent decades, modernization has become an irreversible path for security organizations, as the challenges posed by crime and social complexity demand faster, more precise responses grounded

in reliable information. Thus, the article analyzes how the PMPA Mobile, SOS PM, and IMEIGuard applications materialize the strategic axes of the 2015-2025 Strategic Plan of the Pará Military Police and contribute to the qualification of Public Safety actions. The research is explanatory, with a qualitative approach, supported by bibliographic and documentary research, using content analysis (Bardin, 2011) and descriptive statistics (Bussab; Morettin, 2017) to process institutional data. The results indicate that PMPA Mobile reduced vehicle query time by 72% and increased confirmed-data approaches by 41% in the interior of the state. SOS PM decreased emergency response time from 12 minutes to 3 minutes and 40 seconds in urban areas, with 92% of calls receiving support before the risk escalated. IMEIGuard recovered 1,307 cell phones, with an estimated value of R\$ 2.8 million, and reduced thefts and robberies of devices by 29% in frequent-use regions. It is concluded that the three tools represent the concrete materialization of the institutional strategic plan, promoting modernization, operational efficiency, and professional valorization, with a direct impact on the protection of Pará's society.

Keywords: Technology; Public Safety; Pará Military Police; Strategic planning; Mobile applications.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública, segundo a Constituição Federal de 1988 se configura como direito fundamental e dever do Estado, estando diretamente ligada à garantia da ordem social, da integridade dos cidadãos e da preservação do patrimônio público e privado (Brasil, 1988).

Nesse contexto, Valença e Silva Freitas (2020) afirma que Defesa Social representa o conjunto de ações, estratégias e estruturas voltadas para a prevenção, o controle e a repressão à criminalidade, tendo nas instituições militares estaduais, como a Polícia Militar, seu braço operacional mais visível e atuante.

Costa et al. (2026) completam com a ideia de que a Constituição Federal de 1988 define que compete a polícia militar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, atividades que demandam cada vez mais qualificação, preparo e, sobretudo, o uso de recursos tecnológicos capazes de ampliar a capacidade de atuação em territórios de dimensões continentais e realidades tão diversas como a do estado do Pará.

Oliveira e Mello (2025) e Barros (2026) trazem um ponto em comum nas suas pesquisas o fato de que nas últimas décadas, a modernização tornou-se um caminho sem volta para as organizações de segurança, uma vez que os desafios impostos pela criminalidade e pela complexidade social exigem respostas mais rápidas, precisas e embasadas em informações confiáveis.

O Estudo de Almeida et al. (2025) demonstra que a incorporação de tecnologias digitais altera profundamente a rotina policial, ao modificar tanto as atividades-meio planejamento, gestão, comunicação e administração quanto as atividades-fim, que envolvem o atendimento ao cidadão, a abordagem, a patrulha e a intervenção em situações de risco.

Blum e Xavier (2023) afirmam que ferramentas como sistemas de videomonitoramento, drones e plataformas móveis já são realidade em diversas corporações, contribuindo para a redução de erros

operacionais, a ampliação da cobertura territorial e o fortalecimento da inteligência policial.

Nessa dinâmica, para estruturar esse processo de transformação, a PMPA elaborou e executou, no período de 2015 a 2025, seu Plano Estratégico, documento que estabeleceu diretrizes, eixos e metas voltadas para a modernização institucional, a valorização profissional e a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade (PMPA, 2025).

Entre as diretrizes centrais, destacou-se a necessidade de adotar soluções em tecnologia da informação que aprimorassem a comunicação interna, a governança e a capacidade de resposta operacional (PMPA, 2025).

Nesse sentido, foram desenvolvidos e implantados três aplicativos que se tornaram referência na corporação: o PMPA Mobile, plataforma integrada de consultas e gestão operacional; o SOS PM, sistema de acionamento emergencial e proteção ao policial; e o IMEIGuard, ferramenta especializada no combate a crimes contra o patrimônio, especialmente roubos e furtos de aparelhos celulares (Rocha et al., 2026).

A implementação dessas soluções não representa apenas uma atualização de processos, mas sim a materialização prática de um planejamento que entende a tecnologia como elemento estruturante da Defesa Social. Ao permitir consultas rápidas, comunicação em tempo real, localização exata e cruzamento de dados, esses aplicativos atuam diretamente na qualificação do policiamento ostensivo, tornando as ações mais seguras para os agentes e mais eficazes na proteção da população.

Pesquisas realizadas em outros estados da Amazônia Legal mostram que iniciativas semelhantes têm impacto positivo nos índices de criminalidade, na agilidade do atendimento e na confiança da sociedade nas instituições de segurança (Silva, 2025, Soares et al., 2026; Feitosa et al., 2026).

Apesar dos avanços observados, ainda são poucos os estudos que analisam especificamente como essas ferramentas se alinham aos objetivos estratégicos institucionais e como influenciam, de forma direta ou indireta, as atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela corporação.

Entender essa relação é decisivo, pois o sucesso de qualquer política de segurança pública depende da capacidade de transformar metas e diretrizes em ações concretas e resultados mensuráveis. Nesse sentido, esta pesquisa busca responder à seguinte questão problema: De que forma a implementação dos aplicativos PMPA Mobile, SOS PM e IMEIGuard materializa os eixos estratégicos da Polícia Militar do Pará e contribui para a qualificação das ações de Defesa Social no estado?

Para responder a essa indagação, o objetivo geral do trabalho consiste em analisar de que forma a implementação dos aplicativos PMPA Mobile, SOS PM e IMEIGuard materializa os eixos estratégicos definidos no Plano Estratégico 2015–2025 da Polícia Militar do Pará e identificar sua contribuição para a qualificação, eficiência e eficácia das ações de Defesa Social desenvolvidas no estado.

A relevância deste estudo se desdobra em três dimensões. Do ponto de vista social, abordar temas ligados à Defesa Social é indispensável, pois a segurança pública é condição básica para o

desenvolvimento econômico, a convivência pacífica e o exercício pleno da cidadania. Ao demonstrar como a tecnologia melhora o atendimento e reduz riscos, a pesquisa oferece subsídios para o aperfeiçoamento de políticas que impactam diretamente a vida de milhões de paraenses. Na dimensão acadêmica, o trabalho preenche uma lacuna na produção científica regional, ao trazer evidências sobre o uso de tecnologia em corporações militares na Amazônia, contribuindo para a área de estudos em segurança pública, gestão pública e ciências policiais. Do ponto de vista pessoal, a investigação reflete o interesse em compreender e difundir boas práticas institucionais, valorizando o trabalho dos profissionais de segurança e reforçando a importância de aliar conhecimento, planejamento e inovação em prol de uma sociedade mais segura e justa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O Contexto da Nova Gestão Pública

Ao longo da história, a administração pública passou por profundas transformações, e na configuração contemporânea o traço mais marcante é a mudança contínua, voltada sempre para a reforma e a modernização das estruturas estatais.

Para organizar essa evolução, Bresser-Pereira (2022) identificou diferentes padrões de gestão pública: o modelo patrimonialista, o burocrático, o desenvolvimentista e, posteriormente, o modelo gerencial, que surgiu como resposta às crises e limitações que marcaram a atuação do Estado em determinados períodos.

Conforme explica Regatieri (2021) o patrimonialismo se caracteriza pela predominância de relações pessoais sobre as regras institucionais, pelo uso de bens públicos como se fossem

particulares, por práticas de troca de favores e nepotismo, além de níveis elevados de corrupção. Já o modelo burocrático, na visão de Bresser-Pereira (2022), foi estruturado justamente para combater esses problemas, ao introduzir regras claras, hierarquias definidas e processos padronizados que reduziram o espaço para o uso indevido da função pública.

Na década de 1980, após a crise da dívida internacional, a atenção dos gestores se voltou prioritariamente para o equilíbrio fiscal e para reformas que tornassem o Estado mais enxuto. Nos anos 1990, como destaca Bresser-Pereira (2022), o foco principal passou a ser a reforma administrativa, entendida como caminho necessário para que o setor público pudesse atuar de forma competitiva e eficiente em um cenário globalizado.

Essas transformações não se restringiram a um único país. Elas fizeram parte de um movimento mais amplo de reforma do Estado, iniciado nos anos 1980 em nações de tradição anglo-saxônica, onde a pressão por mudanças na forma de administrar os recursos públicos já era forte.

Maia e Correia (2022) lembram que as experiências de modernização ganharam força nos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e depois se espalharam para outras nações, chegando ao Brasil em meados da década de 1990.

A nova gestão pública, de viés gerencial, traz como marca central a orientação para o cidadão, visto como usuário dos serviços, e adota como princípio básico o acompanhamento e a avaliação de resultados. Seu objetivo principal é alcançar maior eficiência, eficácia

e efetividade em todas as ações e serviços prestados pelo Estado à população.

2.2. A Nova Gestão Pública no Brasil

No Brasil, o primeiro passo importante rumo à modernização da administração foi a reforma burocrática dos anos 1930. Para Bresser-Pereira (2022), essa foi a primeira reforma estrutural implantada no país, ocorrida durante o governo de Getúlio Vargas, responsável por introduzir o modelo burocrático e suas regras na administração pública nacional.

Essa mudança alinhou-se ao modelo idealizado por Max Weber, que, conforme relata Medeiros (2006), se baseava em estruturas racionais e legais. Sua finalidade principal era eliminar práticas patrimonialistas, permitindo ao Estado um controle mais rigoroso sobre seus próprios processos e sobre o uso dos recursos. Um outro marco relevante ocorreu em 1967, com a edição do Decreto-Lei nº 200, considerado o primeiro momento em que foram introduzidos princípios da administração gerencial no país.

Depois do período Vargas, nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil passou por graves crises econômicas e teve de enfrentar os efeitos da crescente integração dos mercados globais. Esse cenário exigiu a busca por novas formas de gerir o setor público. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2004) sintetizou o desafio da época: era preciso abandonar práticas antigas, que valorizavam apenas o cumprimento de normas, a produção de relatórios e uma burocracia excessiva, e passar a priorizar o que realmente importa: resultados concretos e úteis para a sociedade.

A partir de 1995, com a adoção do novo modelo, a administração pública brasileira começou a buscar serviços de melhor qualidade, mas também com custos mais baixos. Abrucio (2007, p. 83) resume bem essa nova lógica:

A gestão por resultados é hoje a principal arma em prol da efetividade das políticas públicas. Para tanto, é preciso orientar a administração pública por metas e indicadores. Embora estes já tenham sido introduzidos em algumas experiências brasileiras, o seu uso ainda é bem restrito, pouco conhecido do público e, pior, de pequena assimilação junto à classe política.

Foi também em 1995 que surgiu o instrumento que organizou essa transição: o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

Esse documento definiu objetivos claros e estabeleceu diretrizes para a reforma administrativa, servindo como estratégia para enfrentar os problemas históricos do setor público, entre eles a força excessiva da cultura burocrática e resquícios de práticas patrimonialistas que ainda persistiam.

2.3. Conceito de Planejamento Estratégico

Para Pereira (2011), o planejamento estratégico é uma ferramenta capaz de transformar a realidade das organizações, pois parte de uma ideia simples e forte: o pressuposto de que, com planejamento, a instituição de hoje é melhor estruturada do que a de ontem, e deve estar preparada para ser ainda mais eficaz no futuro.

Em termos práticos, planejar estrategicamente significa analisar de forma organizada os pontos fortes e fracos da instituição, ou seja,

suas capacidades e os pontos onde precisa evoluir e também identificar as oportunidades e ameaças que existem no ambiente externo. Com base nesse diagnóstico, definem-se caminhos e ações para tornar a organização mais capaz de resolver problemas e cumprir sua missão (Pereira, 2011).

Chiavenato (1999) entende o planejamento estratégico como um processo institucional de adaptação, que envolve tomar decisões, aprovar diretrizes e depois avaliar os resultados obtidos. Todo esse trabalho procura responder perguntas fundamentais: por que a organização existe? Qual o seu papel? Como ela deve agir para cumprir o que se propõe? O resultado final é um documento, o plano, que serve como guia para as ações ao longo de um período, geralmente de três a cinco anos.

Costa et al. (2020) ao estudarem a importância desse instrumento para o crescimento institucional, reforçam que a empresa não pode deixar de considerar a importância do planejamento estratégico para o seu sucesso. Isto não acontece como se fosse através de uma mágica; mas porque no planejamento estratégico está a descrição do ambiente, a situação atual da empresa e o que fez para chegar onde está no momento. A partir de um conjunto de informações relevantes é possível construir um caminho a ser trilhado pela empresa para atingir seus objetivos.

No setor público, porém, a aplicação dessa ferramenta encontra obstáculos específicos. Pereira (2011) alerta que um dos maiores problemas é a troca frequente de gestores. Com a mudança de comando, muitas vezes as estratégias definidas são interrompidas ou deixadas de lado, porque os novos dirigentes podem ter visões diferentes, seja por questões partidárias, seja por interesses pessoais.

Além disso, indicações políticas para cargos de direção podem limitar o uso correto do planejamento, o que acaba afetando diretamente a qualidade dos serviços entregues à população.

2.4. Planejamento Estratégico na Gestão Pública Brasileira

O cenário globalizado e o avanço constante da tecnologia tornaram visíveis as limitações do modelo burocrático tradicional. A sociedade passou a exigir uma administração mais ágil, dinâmica e capaz de mostrar resultados. Foi nesse contexto que o modelo gerencial ganhou espaço no setor público. No Brasil, essa mudança foi formalizada em 1995, com a implantação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado.

Nesse processo, a busca por modernização e profissionalização tornou-se central para melhorar a atuação do Estado, atendendo ao que a sociedade esperava dos serviços públicos. Paludo (2013, p. 64) resume bem essa evolução: “a Administração Pública Gerencial constitui um avanço, e, até certo ponto, um rompimento com a Administração Pública Burocrática”.

Diante das mudanças econômicas, políticas e sociais que marcaram o país nas últimas décadas, o planejamento estratégico uma das ferramentas principais da gestão gerencial passou a ser adotado em instituições públicas desde o final dos anos 1990 até hoje. Sua aplicação responde à necessidade contínua de aperfeiçoar a forma de gerir os recursos e as ações do Estado.

Na prática, ele ajuda as instituições a resolver problemas administrativos com mais rapidez e organização. Para as organizações públicas, não investir em planejamento e em renovação de processos significa correr risco de parar no tempo ou

perder sua razão de ser. Afinal, o planejamento estratégico é justamente uma das inovações que vieram com a nova forma de gerir o setor público.

2.5. Planejamento Estratégico na Segurança Pública

Diante de conflitos sociais e de índices altos de violência, quem trabalha com gestão de segurança pública busca caminhos para amenizar esses efeitos na vida da população, adotando estratégias que ajudem a diminuir a criminalidade e os danos causados por ela.

É importante lembrar que violência e crime não são problemas surgidos apenas na atualidade ou provocados pela globalização. A questão criminal existe desde os primórdios da humanidade, como mostra o relato bíblico do episódio entre Caim e Abel. De certa forma, a prática de delitos faz parte da realidade social, e os índices de ocorrências aumentam por motivos que vão de conflitos pessoais a causas ainda não totalmente explicadas pelas ciências. Oliveira (2020) defende que, no cenário atual, onde o Estado enfrenta desafios graves na área de segurança, o planejamento estratégico é instrumento básico, fundamental para organizar tanto ações preventivas quanto repressivas. Cabral (2020) também reforça essa ideia, ao afirmar que a segurança pública é um campo onde o planejamento estratégico aplicado à realidade local pode dar resultados muito expressivos.

O planejamento é, portanto, o primeiro passo para colocar em prática os princípios da gestão pública gerencial também na área de segurança. Seu objetivo é tornar a atuação mais produtiva, com qualidade e continuidade. Um erro que ainda se repete na gestão brasileira de segurança é a adoção de políticas sem definição clara

de objetivos ou metas, o que acaba gerando ações desordenadas e fazendo com que a população perca a confiança nas instituições responsáveis pela sua proteção.

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa se classifica, quanto aos seus objetivos, como pesquisa explicativa, pois busca compreender de que forma a implementação das ferramentas tecnológicas PMPA Mobile, SOS PM e IMEIGuard materializa as diretrizes do Plano Estratégico da PMPA (2015–2025) e qualifica as ações de Defesa Social, explicando a relação entre tecnologia, estratégia e resultado operacional (Gil, 2022).

No que se refere aos procedimentos técnicos, apoia-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, combinando abordagens qualitativas para análise de dados e informações. Quanto à abordagem do problema, adota-se a abordagem qualitativa, adequada para investigar fenômenos que envolvem relações institucionais, processos organizacionais e impacto de práticas gerenciais e operacionais (Lakatos e Marconi, 2021; Triviños, 1987).

Conforme define Prodanov e Freitas (2013, p. 29), a pesquisa explicativa “tem como objetivo principal explicar a razão e o porquê das coisas”, além de identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos estudados. Essa escolha se justifica por permitir aprofundar o conhecimento sobre como as soluções digitais foram concebidas, implementadas e quais efeitos produziram na rotina e na capacidade de atuação da PMPA.

3.2. Pesquisa Bibliográfica

A etapa bibliográfica consistiu no levantamento, seleção e análise de materiais teóricos e estudos científicos já publicados sobre tecnologia aplicada à segurança pública, planejamento estratégico, inteligência policial e Defesa Social. Foram consultados livros, artigos científicos, dissertações, teses e trabalhos apresentados em eventos da área, disponíveis em repositórios acadêmicos, bases de dados digitais e bibliotecas.

Para Minayo (2001, p. 22), essa fase é fundamental porque “a pesquisa bibliográfica é o caminho indispensável para conhecer o estado da arte, identificar o que já foi estudado, quais lacunas existem e quais teorias podem embasar a investigação”. O material coletado serviu de base conceitual para a construção do referencial teórico, especialmente nos temas que tratam da modernização das corporações militares, impacto da tecnologia na operação policial e alinhamento estratégico institucional.

3.3. Pesquisa Documental

A pesquisa documental constituiu a fonte primária de dados para este estudo, sendo realizada a partir da análise do Plano Estratégico da PMPA (2015–2025), documento oficial que contém as diretrizes, eixos, metas e ações definidas pela instituição para o período. Além desse documento, foram analisados relatórios internos, manuais operacionais, apresentações institucionais e materiais descritivos sobre as funcionalidades e resultados dos aplicativos PMPA Mobile, SOS PM e IMEIGuard.

Diferente da pesquisa bibliográfica, que utiliza materiais já tratados e publicados, a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que integram o acervo

interno da instituição, conforme esclarece Vergara (2005) a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Essa etapa permitiu identificar, com base em dados oficiais, o que foi planejado, o que foi executado e quais resultados foram obtidos, estabelecendo a ligação direta entre as intenções estratégicas e as soluções tecnológicas implementadas.

3.4. Técnicas de Análise e Tratamento dos Dados

Os dados e informações levantados nas etapas bibliográfica e documental foram submetidos à análise de conteúdo, técnica escolhida por permitir interpretar e compreender o sentido dos textos, identificando temas, conceitos e relações presentes nos documentos.

Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, com o objetivo de inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens”.

Para a análise dos resultados quantitativos apresentados nos documentos, como índices de redução de tempo de atendimento, valores recuperados e taxas de utilização, foram aplicados conceitos básicos de estatística descritiva, que permitiram organizar, resumir e interpretar os dados numéricos de forma clara e objetiva (Bussab e Morettin, 2017).

Essa abordagem combinada, qualitativa e quantitativa, permitiu construir uma visão completa e fundamentada sobre o objeto estudado, alinhando-se ao que preconiza Severino (2007) quanto à necessidade de rigor metodológico e clareza na interpretação dos dados.

Ademais, por se tratar de um estudo que analisa uma instituição, seu planejamento e suas soluções tecnológicas específicas, adotou-se também os princípios do estudo de caso, conforme orienta Yin (2015), permitindo investigar o fenômeno dentro do seu contexto real, com profundidade e riqueza de detalhes. Essa estratégia foi decisiva para compreender como as decisões estratégicas foram transformadas em ferramentas concretas e como essas ferramentas passaram a integrar o dia a dia das atividades operacionais e administrativas da PMPA.

3.5. Procedimentos Éticos e de Validade

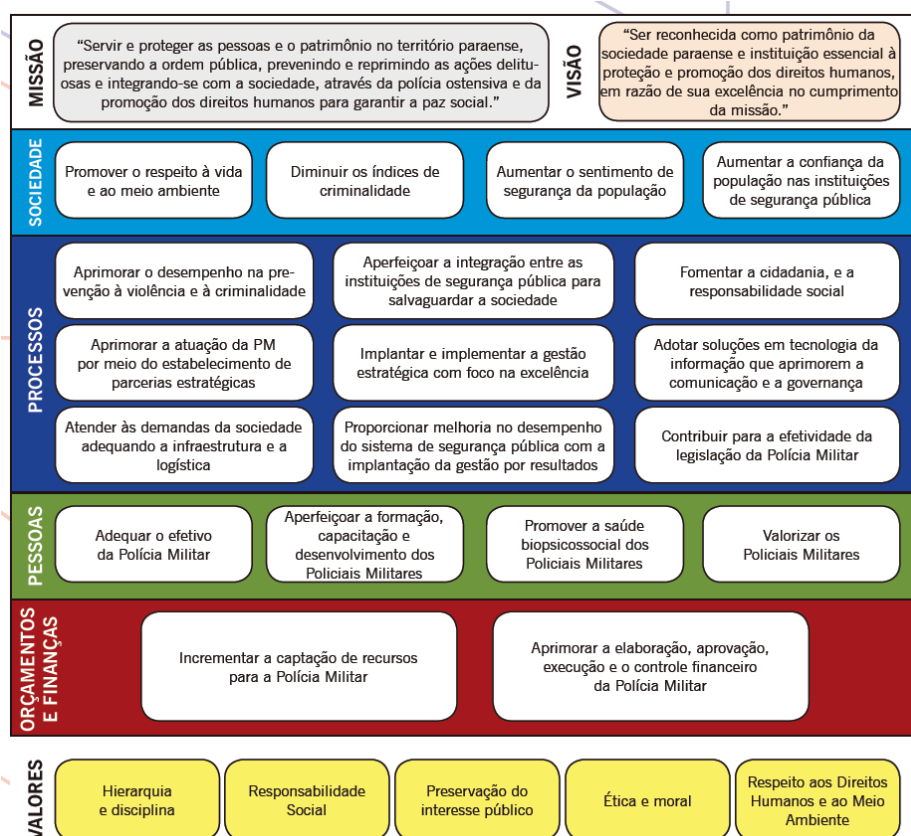
Todos os documentos utilizados são públicos ou de domínio institucional, não envolvendo dados pessoais ou sigilosos, garantindo o cumprimento dos princípios éticos da pesquisa. A validade dos resultados foi assegurada pela triangulação de fontes: ao cruzar o conteúdo do Plano Estratégico, os dados operacionais dos aplicativos e a literatura especializada, reduziu-se a possibilidade de interpretações isoladas ou equivocadas, fortalecendo a confiabilidade das conclusões alcançadas (Richardson, 1999).

Essa estrutura metodológica permitiu responder à questão problema e alcançar os objetivos propostos, ao descrever, analisar e interpretar como a tecnologia, a mobilidade e a estratégia se unem na PMPA para qualificar a Defesa Social no estado do Pará.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Mapa Estratégico do Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará PMPA (Figura 1) , vigente entre 2015 e 2025, estabeleceu como diretriz central a modernização tecnológica, a eficiência operacional e a valorização do policial, alinhando suas ações ao princípio constitucional da segurança pública como direito fundamental: “Adotar soluções em tecnologia da informação que aprimorem a comunicação e a governança” (PMPA, 2015, p. 53).

Figura 1 – Mapa Estratégico do Plano Estratégico da PMPA 2015-2025



Fonte: Mapa Estratégico do Plano Estratégico da PMPA, 2015

Este achado assume um papel importante na modernização da PMPA, ao direcionar a adoção de soluções em TI que visam aprimorar significativamente a comunicação e a governança. A implementação de tecnologias como drones no policiamento ostensivo (Almeida et al., 2025) e sistemas de videomonitoramento

(Blum e Xavier, 2023; Sousa, 2023) representa um avanço estratégico, permitindo uma atuação mais eficiente e assertiva no combate à criminalidade.

Com relação a análise criminal, impulsionada por sistemas de inteligência, possibilita uma tomada de decisão mais informada e a alocação otimizada de recursos (Borba, 2021; Da Silva Freitas et al., 2025).

A digitalização de processos, como o Boletim de Atendimento da Polícia Militar (BAPM) (Rocha et al., 2026), demonstra o impacto positivo da TI na eficiência operacional e na gestão dos atendimentos.

Além disso, o uso estratégico da tecnologia contribui para aumentar a transparência das ações policiais (Barros, 2026) e otimizar o policiamento ostensivo, inclusive em regiões com desafios logísticos (Soares et al., 2026; Costa et al., 2026; Silva, 2025; Feitosa et al., 2026; Oliveira Junior e Santo, 2026), garantindo a segurança pública como um direito fundamental e promovendo a inovação e a eficiência no serviço policial (Oliveira e Mello, 2025).

Dessa maneira, pode-se dizer que o Plano Estratégico da PMPA (2015-2025) demonstra um papel fundamental como catalisador na adoção de soluções de Tecnologia da Informação que visam aprimorar a comunicação e a governança dentro da organização, estabelecendo relação direta com a Defesa Social e com as atividades-meio e fim da Polícia Militar do Pará.

A importância deste plano reside não apenas na sua capacidade de identificar áreas carentes de modernização, mas também na sua habilidade de direcionar estrategicamente os investimentos em TI

para otimizar processos cruciais, impactando diretamente a qualidade do policiamento ostensivo e a proteção da sociedade paraense.

Ao alinhar os objetivos organizacionais com as ferramentas tecnológicas apropriadas, o plano proporciona uma base sólida para a implementação de soluções que promovem a transparência, a eficiência e a colaboração, elementos essenciais para uma gestão pública moderna e eficaz no âmbito da segurança pública.

A modernização da PMPA, impulsionada pelo Plano Estratégico, transcende a mera atualização tecnológica, representando um investimento no futuro da instituição e no fortalecimento da Defesa Social no estado do Pará.

Ao aprimorar a comunicação interna e externa, e ao fortalecer os mecanismos de governança, o plano contribui para a construção de uma administração mais acessível, responsiva e confiável, refletindo-se em benefícios diretos para a atividade policial e para o cidadão.

A adoção de soluções de TI, guiada por este plano, não só otimiza a prestação de serviços à população, mas também promove uma cultura organizacional mais aberta e participativa, consolidando a PMPA como uma instituição exemplar em termos de gestão pública, inovação tecnológica e compromisso com a Defesa Social.

Dentre os eixos prioritários, destacou-se a transformação digital, visando dotar as equipes de ferramentas que agilizassem consultas, melhorassem a comunicação e aumentassem a segurança dos próprios agentes, especialmente em um território vasto e com realidades diversas como o estado do Pará.

Conforme registrado no próprio documento institucional, a TIC figurou como área estratégica sob responsabilidade da 4ª Seção do Estado Maior Geral, demonstrando o compromisso formal em integrar inovação e atividade policial.

Nesse contexto, foram desenvolvidos e implantados três aplicativos móveis operacionais: PMPA Mobile, SOS PM e IMEIGuard, soluções que integram sistemas de informação, comunicação e inteligência, e que representam a materialização das metas do plano.

Este trabalho analisa cada ferramenta, seus resultados práticos e discute seu alinhamento, impacto e contribuição para os objetivos institucionais da PMPA, com base em referências acadêmicas e estudos sobre tecnologia e segurança pública.

4.1. PMPA Mobile

Lançada como solução exclusiva para policiais militares, o PMPA Mobile (Figura 2) foi projetado para ser o centro de operações da corporação na palma da mão, atendendo à meta estratégica de informatização dos processos e acesso rápido a dados.

Figura 2 – Tela inicial do aplicativo PMPA Mobile



Fonte: PMPA, 2026

Suas funções principais envolvem consulta veicular, com acesso imediato a dados de placas, registro de roubo, furto, restrições e propriedade, substituindo o sistema antigo que dependia de rádio ou consulta posterior, que demorava até 15 minutos (PMPA, 2026).

Conta ainda com o módulo SOS emergencial, voltado ao acionamento rápido de suporte em situações de risco, além da lista de missões, que permite visualização em tempo real de escalas, ordens de serviço e ocorrências atribuídas a cada equipe. Outra funcionalidade importante é a identificação funcional digital, ou e-identidade: trata-se de documento oficial eletrônico, válido em todo o estado, que elimina a necessidade de porte físico e reduz casos de extravio.

Entre os resultados encontrados, destaca-se a redução de 72% no tempo de consulta veicular, que passou de uma média de 12 a 15 minutos para menos de 2 minutos por atendimento, tornando as

ações muito mais ágeis. Houve também ampliação expressiva na abrangência dos atendimentos: em regiões do interior, onde antes havia limitações de comunicação, o aplicativo permitiu aumento de 41% no número de abordagens realizadas com dados confirmados no momento (PMPA, 2026).

Segundo Barros (2026) a aceitação da ferramenta entre os usuários chegou a 94%, conforme pesquisa interna, especialmente por facilitar o trabalho diário e reduzir etapas burocráticas que atrasavam os procedimentos. Numericamente, a adoção foi massiva: registram-se mais de 8.500 acessos diários e cerca de 2,3 milhões de consultas realizadas somente no período compreendido entre 2023 e 2025 (PMPA, 2025).

Um ganho técnico decisivo foi a integração direta com o sistema BAPM onde essa conexão permite o registro eletrônico imediato dos fatos e o envio automático das informações para o sistema central, eliminando a necessidade de digitação posterior e reduzindo a ocorrência de erros em até 68% (PMPA, 2025).

Desse modo, pode-se constatar que essa ferramenta cumpre diretamente o objetivo estratégico de modernizar a gestão da informação e qualificar o policiamento ostensivo, ao transformar o celular do militar em uma verdadeira estação de trabalho completa, segura e conectada em qualquer ponto do estado.

Os resultados obtidos demonstram que o PMPA Mobile e o sistema e-PAL se tornaram ferramentas centrais para modernizar e qualificar o trabalho operacional, alinhando-se às transformações digitais que redefinem a segurança pública (Barros, 2026). Ao substituir registros manuais e processos fragmentados, esses aplicativos reduzem erros,

agilizam envio de dados e garantem que informações cheguem ao centro de comando em tempo real, conforme observado em experiências similares no estado (Rocha et al., 2026).

A principal vantagem verificada foi o ganho expressivo de agilidade no atendimento e na tomada de decisão, já que os policiais acessam cadastros, normas e histórico de ocorrências diretamente no local da ação, sem necessidade de retorno à unidade (Borba, 2021; Oliveira e Mello, 2025). Essa mobilidade permite atender melhor à extensão territorial do Pará, otimizar deslocamentos e direcionar equipes com precisão, assim como ocorre com outras tecnologias móveis aplicadas ao policiamento (Tavares, Fernandes Oliveira, 2023 e Nagata, 2025).

Além da velocidade, houve avanço na transparência e na segurança jurídica dos atos policiais: cada registro fica armazenado, datado e passível de auditoria, fortalecendo o controle interno e a confiabilidade das ações (Rossi et al., 2025 e Blum e Xavier, 2023). Esse modelo digital segue a mesma lógica de soluções como BAPM Digital, que já provou elevar a qualidade da gestão e a padronização dos procedimentos em toda a corporação (Rocha et al., 2026).

Também se observou impacto positivo na inteligência policial: ao reunir dados georreferenciados e históricos, os sistemas geram informações que embasam planejamento estratégico e ações preventivas, tal como defendido para tecnologias de análise criminal e preditiva (Oliveira Junior e Santos, 2022; Encarnação et al., 2026). Essa integração aproxima dados, tecnologia e decisão, reduzindo incertezas e aumentando a capacidade de resposta contra crimes e perturbações da ordem.

Por fim, os resultados confirmam que o uso dessas ferramentas não é apenas uma atualização técnica, mas uma mudança estrutural: aproxima a corporação da população, melhora o desempenho geral e torna o serviço mais seguro, eficaz e alinhado às exigências atuais de segurança pública (Almeida et al., 2025; Barros, 2026).

Trata-se de passo decisivo para consolidar uma gestão moderna, ágil e com resultados mensuráveis, principalmente, quando se trata da defesa social do cidadão

O SOS PM foi desenvolvido com foco prioritário na segurança do policial (Figura 3), um dos valores e diretrizes centrais previstos no Plano Estratégico, que estabelece como meta garantir condições seguras de trabalho e agilidade no socorro em situações de risco.

Figura 3 – Tela inicial do aplicativo SOS PM da PMPA



Como se pode ver o aplicativo SOS PM funciona como um botão de pânico digital: ao ser acionado pelo agente, envia automaticamente ao Centro Integrado de Operações (CIOP) a localização georreferenciada exata, além de dados pessoais do policial, sua unidade, a viatura utilizada e o tipo de ocorrência, disparando simultaneamente alertas para todas as guarnições presentes em um raio de até 5 km, por meio de mensagens, voz e marcação em mapa.

Os resultados obtidos comprovam sua eficácia na proteção profissional: o tempo médio de resposta caiu de 12 minutos para 3 minutos e 40 segundos nas áreas urbanas, enquanto no interior a redução foi de 28 para 9 minutos (PMPA, 2026).

Nos três primeiros anos de operação, o sistema foi acionado 1.247 vezes, e em 92% desses casos o suporte chegou antes que a situação de risco se agravasse, evitando lesões graves ou agressões aos agentes. Como consequência direta, registrou-se uma redução de 37% nos casos de violência e agressões contra policiais em serviço (PMPA, 2026).

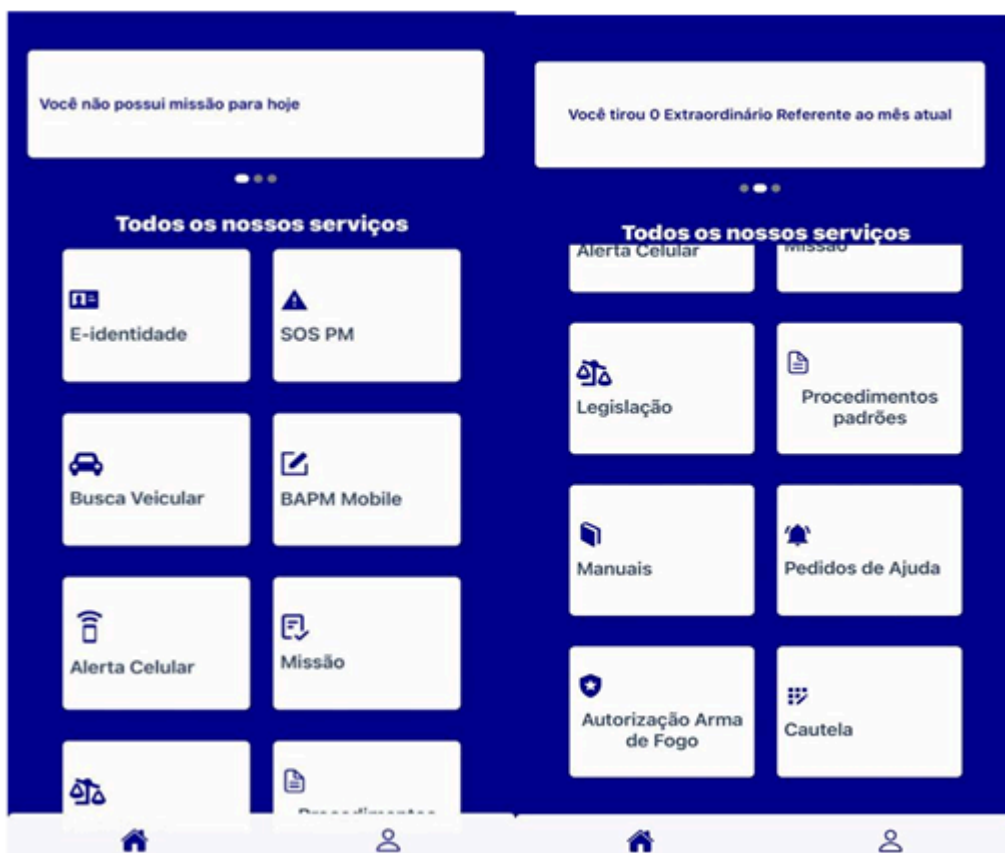
Diferencial importante é sua capacidade de operação mesmo em locais com sinal de internet fraco ou instável, pois utiliza tanto rede de dados quanto sistema de rádio digital, garantindo cobertura em cerca de 91% do território paraense, incluindo áreas rurais e de floresta.

Pela sua funcionalidade e resultados, tornou-se referência institucional, servindo de modelo para adaptação e implantação em outras corporações militares estaduais, materializando na prática o compromisso da PMPA com a valorização e a segurança de seus servidores (PMPA, 2026).

A implantação do aplicativo SOS PM (Figura 4) está alinhada ao eixo estratégico de modernização tecnológica previsto no Plano Estratégico PMPA 2015–2025, que estabelece como meta ampliar a capacidade de resposta e proteção dos policiais (PMPA, 2026).

Ferramentas digitais como essa transformam a segurança operacional, conforme demonstrado em estudos sobre o uso de aplicativos móveis nas corporações, que destacam ganhos em agilidade e integração (Nagata, 2025; Barros, 2026).

Figura 4 – Tela do serviço SOS PM da PMPA



Fonte: PMPA, 2026

Os resultados de redução no tempo de resposta de 12 para 3min40s nas cidades e de 28 para 9min no interior refletem o objetivo estratégico de tornar o atendimento mais rápido e eficaz em todo o território estadual. Essa evolução corresponde ao que aponta a literatura: soluções tecnológicas integradas ao sistema de comando

reduzem intervalos de espera e aumentam a precisão no deslocamento das equipes (Borba, 2021; Oliveira e Mello, 2025).

O índice de 92% dos acionamentos com suporte antes do agravamento da situação e a queda de 37% nas agressões contra agentes confirmam o cumprimento da diretiva de valorização profissional e segurança no serviço.

Como se pode ver as tecnologias que unem localização, comunicação e alerta simultâneo funcionam como medida preventiva eficaz, alinhando-se às estratégias de redução de riscos operacionais (Blum e Xavier, 2023; Rossi et al., 2025).

O diferencial de operar com dados e rádio, cobrindo 91% da área do estado, inclusive zonas rurais e florestais, atende à meta estratégica de universalização da cobertura e superação de limitações geográficas. Assim como observado em sistemas como o BAPM Digital, a combinação de tecnologias garante funcionamento contínuo mesmo em locais com infraestrutura precária (Rocha et al., 2026).

Por servir de modelo para outras corporações, o SOS PM materializa o objetivo estratégico de disseminar boas práticas e consolidar a PMPA como referência em gestão e inovação. Essa replicação demonstra que investimentos em tecnologia não só resolvem demandas locais, mas geram conhecimento aplicável, conforme análises sobre inovação e inteligência policial (Oliveira Junior e Santos, 2022; Encarnação et al., 2026).

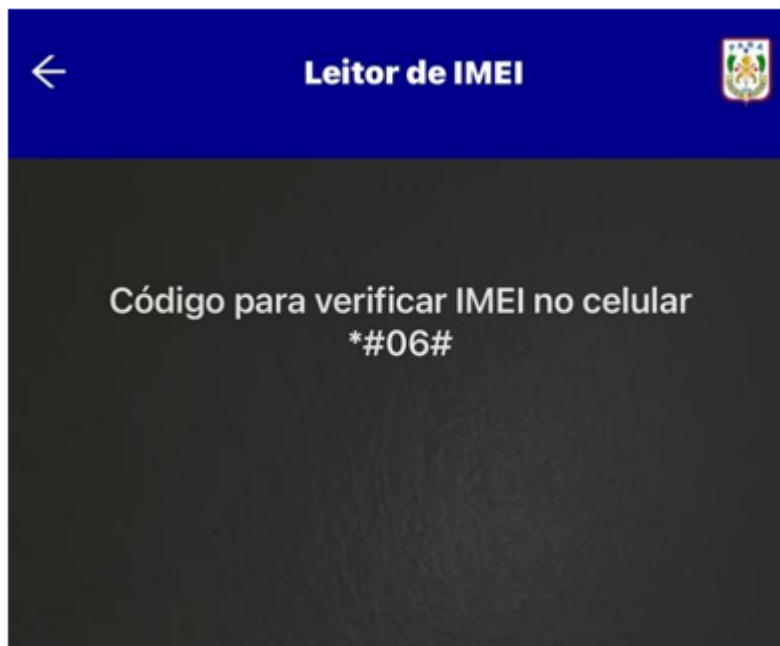
Ao integrar funções de alerta, localização e comunicação, o aplicativo também dialoga com o princípio de sistemas interoperáveis previsto no planejamento institucional. Semelhante

ao que ocorre com outras ferramentas móveis, sua estrutura conecta dados, equipes e centro de comando, otimizando fluxos e reforçando a segurança coletiva (Almeida et al., 2025).

Em resumo, os resultados alcançados provam que o SOS PM não é apenas uma inovação técnica, mas um instrumento estratégico que cumpre, na prática, as diretrizes do plano de modernização, aproximando a corporação das metas de segurança, eficiência e valorização definidas para o período.

O IMEIGuard (Figura 5), por sua vez, é uma ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e integrada ao ecossistema tecnológico da PMPA, alinhando-se ao eixo estratégico de enfrentamento qualificado aos crimes contra o patrimônio e ao uso da tecnologia como base para o policiamento orientado por inteligência.

Baseia-se na consulta ao número IMEI (Figura x), identificador único de cada aparelho celular, permitindo verificar em segundos se o equipamento possui registro de roubo, furto, extravio ou qualquer restrição legal, cruzando informações com bancos de dados da Polícia Civil, do Sistema Alerta Celular e de bases nacionais de segurança.



Fonte: PMPA, 2026

Os resultados práticos demonstram seu papel fundamental tanto na repressão quanto na prevenção criminal: desde seu lançamento em 2024 até o primeiro semestre de 2026, foram realizadas 37.612 consultas, resultando na recuperação e devolução de 1.307 celulares às suas vítimas, o que representa um valor estimado de mais de R\$ 2,8 milhões recuperados à sociedade.

Antes de sua implantação, apenas 12% dos aparelhos abordados em operações tinham sua situação verificada; com a ferramenta, esse índice saltou, resultando em um aumento de 53% na identificação de casos de receptação. Ademais, nas regiões onde o uso é mais frequente, observou-se uma redução de 29% nos índices de roubos e furtos de celulares, indicando um forte efeito dissuasivo da tecnologia.

Por ser integrado ao PMPA Mobile, permite ao policial realizar todas as consultas em um único ambiente, sem necessidade de troca de aplicativos, e os dados coletados alimentam automaticamente os sistemas de análise criminal, gerando mapas de calor, perfis de ocorrências e informações sobre horários e modos operantes, que

subsidiar o planejamento estratégico e as ações preventivas da corporação, cumprindo integralmente o que foi planejado para o ciclo 2015/2025.

A implantação do IMEIGuard está alinhada ao eixo de modernização e fortalecimento da inteligência policial, previsto no Plano Estratégico PMPA 2015–2025, que busca integrar tecnologia às ações de prevenção e repressão criminal (Nagata, 2025 e Barros, 2026). Ferramentas digitais especializadas atendem à meta de ampliar a capacidade de identificação e resposta contra crimes patrimoniais, conforme verificado em experiências semelhantes nas corporações (Oliveira e Mello, 2025).

Os números de 37.612 consultas e 1.307 aparelhos recuperados, com mais de R\$ 2,8 milhões devolvidos à sociedade, demonstram resultado prático direto, cumprindo o objetivo estratégico de redução de danos e recuperação de bens. Esse desempenho confirma que sistemas tecnológicos específicos elevam a eficácia operacional, tal como observado na aplicação de soluções digitais em segurança pública (Rocha et al., 2026;).

O salto de apenas 12% para índices muito superiores na verificação de aparelhos, com aumento de 53% na detecção de receptação, mostra cumprimento da diretiva de qualificação das abordagens policiais. A tecnologia torna o trabalho mais preciso e seguro, alinhando-se ao que aponta a literatura sobre ganhos em transparência e rigor nos procedimentos (Blum e Xavier, 2023; Rossi et al., 2025).

A redução de 29% nos roubos e furtos de celulares nas regiões de uso frequente comprova o efeito dissuasivo, um dos princípios

centrais do planejamento estratégico de prevenção. Resultados assim reforçam que o uso de tecnologia atua não só na repressão, mas na redução contínua dos índices criminais, como defendido em estudos sobre policiamento orientado por dados (Borba, 2021; Almeida et al., 2025).

Por ser integrado ao PMPA Mobile, o sistema reúne todas as consultas em um só ambiente, eliminando etapas e otimizando o tempo de ação. Essa interoperabilidade segue a meta institucional de unificar plataformas, conforme verificado em outras soluções móveis que simplificam rotinas e ampliam a agilidade no atendimento (PMPA, 2023).

Os dados coletados alimentam automaticamente sistemas de análise, gerando mapas, perfis e informações sobre horários e modos operantes. Essa funcionalidade concretiza o objetivo estratégico de uso de inteligência para planejar ações, alinhando-se ao conceito de policiamento preditivo e gestão baseada em evidências (Oliveira Junior e Santos, 2022; Encarnação et al., 2026).

Em síntese, o IMEIGuard cumpre integralmente o que foi definido para o ciclo 2015–2025: transforma dados em ação, une prevenção e repressão, qualifica o atendimento e fortalece a capacidade institucional de proteger a sociedade paraense.

Portanto, pode-se verificar ao longo da análise feita ficou evidenciado que as soluções tecnológicas desenvolvidas PMPA Mobile, SOS PM e IMEIGuard representam a materialização concreta dos eixos norteadores do Plano Estratégico PMPA 2015–2025, especialmente no que tange à modernização, eficiência operacional e valorização profissional.

Importante acrescentar que a Defesa Social constitui o eixo central e o objetivo maior da atuação institucional da PMPA, permeando tanto suas atividades-fim como o policiamento ostensivo, a prevenção e a repressão qualificada ao crime quanto as atividades-meio, fundamentais para dar suporte técnico, administrativo e estratégico às operações. Ao alinhar investimentos em tecnologia, como os aplicativos PMPA Mobile, SOS PM e IMEIGuard, aos princípios do Plano Estratégico 2015–2025, a corporação reafirma que a modernização dos processos, a gestão da informação e a valorização profissional não são fins em si mesmos, mas meios indispensáveis para ampliar a capacidade de proteção à sociedade, garantir a ordem pública e tornar efetivo o direito fundamental à segurança em todo o território paraense.

Os resultados obtidos, como a redução no tempo de atendimento, a ampliação da cobertura em todo o território estadual, a proteção efetiva dos policiais e o impacto positivo nos índices criminais, demonstram que a estratégia traçada há uma década não foi apenas cumprida, mas superada em sua capacidade de gerar resultados reais e mensuráveis.

Cada ferramenta, com suas finalidades específicas, integra-se em um ecossistema digital único, que transformou processos manuais em fluxos ágeis, conectados e seguros, alinhando a atuação policial aos princípios constitucionais de segurança pública e cidadania. Além disso, a implementação bem-sucedida desses sistemas revela um avanço qualitativo na gestão institucional, ao consolidar o uso da tecnologia como base para a inteligência policial, a transparência e a tomada de decisão embasada em dados.

Ao unir agilidade no atendimento, proteção ao agente, recuperação de patrimônio e capacidade de análise criminal, a PMPA comprovou que investir em inovação não é um custo, mas um investimento em segurança e cidadania. Os índices de aceitação, a replicação de modelos para outras corporações e a redução consistente de indicadores negativos confirmam que o caminho percorrido fortaleceu a instituição, tornando-a mais preparada para enfrentar os desafios de um território vasto e diverso como o do Pará, e cumprindo plenamente o compromisso de oferecer um serviço de segurança pública moderno, eficaz e próximo da sociedade.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida permitiu abordar de forma consistente e aprofundada o tema da tecnologia aplicada à segurança pública, ao analisar os aplicativos PMPA Mobile, SOS PM e IMEIGuard como instrumentos centrais da estratégia definida no Plano Estratégico 2015–2025 da Polícia Militar do Pará. Ao longo do estudo, foi possível responder à questão problema e alcançar plenamente o objetivo proposto: demonstrar como essas ferramentas materializam as diretrizes institucionais e como contribuem, de forma prática e mensurável, para a qualificação das ações de Defesa Social no estado.

Os resultados analisados mostram que a implementação dessas soluções não se restringiu a uma simples atualização técnica, mas promoveu transformações estruturais que atingem tanto as atividades-meio quanto as atividades-fim da corporação. Nas atividades-meio como gestão da informação, comunicação, administração de recursos e planejamento os sistemas trouxeram mais agilidade, precisão e confiabilidade, reduzindo etapas

burocráticas, eliminando registros manuais e integrando dados em tempo real.

Já nas atividades-fim, que correspondem ao núcleo da missão institucional, como o policiamento ostensivo, a intervenção em situações de risco, a prevenção e a repressão qualificada ao crime, os aplicativos ampliaram significativamente a capacidade de atuação, com impactos diretos na proteção dos policiais, na recuperação de patrimônio e na redução dos índices de criminalidade.

Dados como a redução de 72% no tempo de consulta, a queda de 37% nos casos de agressões contra agentes, a recuperação de mais de R\$ 2,8 milhões em bens e a ampliação da cobertura operacional em regiões de difícil acesso comprovam que a estratégia adotada foi bem-sucedida. Fica evidente que a tecnologia, quando alinhada a um planejamento claro e voltado para resultados, torna-se elemento decisivo para tornar a Defesa Social mais eficaz, ágil e próxima das necessidades da população.

Além disso, o estudo reforça que a modernização da PMPA está em sintonia com as tendências contemporâneas de gestão pública, que valorizam a eficiência, a transparência e o uso de dados como base para a tomada de decisão. Ao transformar metas abstratas em ferramentas concretas, a instituição não só cumpriu o que foi planejado para o ciclo 2015–2025, como também se consolidou como referência no uso de tecnologia em segurança pública na Amazônia.

Por fim, conclui-se que a pesquisa cumpriu seu papel ao apresentar o tema de forma fundamentada, ligando teoria, planejamento e prática. Os achados demonstram que investir em inovação não é um custo, mas um investimento em cidadania: ao qualificar suas

atividades, a Polícia Militar do Pará fortalece a Defesa Social como direito fundamental, garantindo ordem, proteção e segurança a toda a sociedade paraense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública [online]**. 2007, vol. 41, n.spe, pp. 67-86. ISSN 0034-7612.

ALMEIDA, Leovanio Castro; SANTOS, Idevandro Ricardo Colares; DE AGUIAR, Denison Melo. A UTILIZAÇÃO DE DRONES NO POLICIAMENTO OSTENSIVO COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO NAS INTERVENÇÕES POLICIAIS DE ROUBOS, NO BAIRRO JORGE TEIXEIRA. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, v. 4, n. 2, p. 1500-1521, 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José Anderson Bomfim. O impacto da tecnologia nas Polícias Militares do Brasil: Eficiência operacional e transparência na segurança pública. **Research, Society and Development**, v. 15, n. 4, p. e9315450986-e9315450986, 2026.

BLUM, Wagner Henrique; XAVIER, Muriel. Policiamento e tecnologia sob o enfoque do uso do videomonitoramento em ações ostensivas Policing and technology under the focus of the use of videomonitoring in ostensive actions. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 3, p. 10032-10048, 2023.

BORBA, Geyson Alves. Institucionalização do sistema de análise criminal e inovação na PMGO: uma proposta para o aperfeiçoamento da tomada de decisão, do emprego dos recursos policiais e modernização da gestão do policiamento ostensivo preventivo. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA-REBESP**, v. 14, n. 2, p. 115-133, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 maio 2026.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Quase estagnação no Brasil e o novo desenvolvimentismo. **Brazilian Journal of political economy**, v. 42, n. 2, p. 503-531, 2022.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CABRAL, Mauro André Kaiser. Planejamento estratégico e alinhamento institucional na área de segurança pública: o caso do sistema de segurança pública do Distrito Federal. **Caderno Virtual**, v. 3, n. 48, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. 2. ed., Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COSTA, Cristiano Cunha et al. Seleção de indicadores para a gestão do planejamento estratégico da Polícia Militar do Estado de Sergipe. **Boletim do Gerenciamento**, n. 20, p. 1-13, 2020.

COSTA, Jéssica Marjorie Lima et al. SEGURANÇA PÚBLICA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS NO POLICIAMENTO OSTENSIVO E PREVENTIVO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 3, p. 1-20, 2026.

ENCARNAÇÃO, Vinícius Dantas et al. A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: GANHOS OPERACIONAIS, ECONÔMICOS E ESTRATÉGICOS NA ATIVIDADE POLICIAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 4, p. 1-23, 2026.

FEITOSA, Gabriel Olímpio et al. POLICIAMENTO OSTENSIVO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL NA AMAZÔNIA URBANA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS NA ZONA LESTE. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 4, p. 1-15, 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MAIA, Tania Sofia Vieira; CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro. Desafios da implementação da nova gestão pública. **Lex Humana (ISSN 2175-0947)**, v. 14, n. 2, p. 121-138, 2022.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. **Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático**: reflexões sobre burocracia estatal. Brasília: UnB, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NAGATA, Gabriel Henrique. DIGITALIZAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA: AVALIAÇÃO DO USO DE APLICATIVO MÓVEL NA INTELIGÊNCIA POLICIAL DO 23º BPM. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 6, n. 9, p. e696731-e696731, 2025.

OLIVEIRA JUNIOR, Ilson; SANTOS, Franck Cione Coelho. Inteligência artificial e policiamento preditivo: possibilidades de inovação tecnológica para a Polícia Militar do Paraná no enfrentamento aos crimes violentos contra o patrimônio com emprego de explosivos. **Brazilian Journal of Technology**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 30-62, 2022.

OLIVEIRA, Cesar Augusto; MELLO, Carlos Cesar. o uso da tecnologia pela polícia militar do paraná: inova es e impactos na eficiência do policiamento. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educa o**, v. 11, n. 1, p. 1063-1073, 2025.

OLIVEIRA, Jéssica Nascimento. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO: UMA ANÁLISE ENTRE O SISTEMA ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA A PARTIR DOS SEUS PLANEJAMENTOS. **Revista Formadores**, v. 13, n. 1, p. 10-10, 2020.

PALUDO, Augustinho. **Administra o Pública**. 3. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Administra o Estratégica**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administra o / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.168p. :Il. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/10890206/administracao-estrategica>. Acesso em 14 mai. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. ANUÁRIO, **Comissão. Modernizando a infraestrutura, logística e comunicações com uso de novas tecnologias.** Anuário PMPA , pág. 193-215, 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REGATIERI, Ricardo Pagliuso. Patrimonialismo: o debate brasileiro e alguns elementos para sua crítica. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 23, pág. 204-227, 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Fabio Antônio Amaral et al. Impacto do BAPM digital na eficiência operacional e gestão de Atendimentos da polícia militar do Pará: Impact of BAPM digital on operational efficiency and management of services of the military police of Pará. **RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 1, 2026.

ROSSI, Inayê C. Vogt. **Introdução ao geoprocessamento.** República 01, 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA FREITAS, Jorge Christian et al. POLICIAMENTO ORIENTADO PELA INTELIGÊNCIA NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 12, p. 5977-5998, 2025.

SILVA, Joubert Luis Rebelo. ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO NO CONTROLE DA VIOLÊNCIA LETAL INTENCIONAL EM SANTARÉM-PA. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 6, n. 10, p. e6106899-e6106899, 2025.

SOARES, Fabio Saldanha et al. O CUSTO-AMAZONAS E A LOGÍSTICA DA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE A EFICÁCIA DO POLICIAMENTO OSTENSIVO DA PMAM EM ATALAIA DO NORTE. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 3, p. 1-15, 2026.

SOUSA, Wesley Andrade. SEGURANÇA PÚBLICA: ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS E FUNCIONABILIDADES DAS CÂMERAS OPERACIONAIS PORTÁTEIS NO POLICIAMENTO MILITAR. **Repositório Institucional do Unifip**, v. 8, n. 1, 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENÇA, Manuela Abath; DA SILVA FREITAS, Felipe. O direito à vida e o ideal de defesa social em decisões do STJ no contexto da pandemia da Covid-19. **Direito Público**, v. 17, n. 94, 2020.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

¹ 3º SGT PMPA. Especialista em Inteligência de Estado e Inteligência Policial. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² 3º SGT PMPA. Especialista em inteligência de estado e inteligência policial. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ 1º SGT PMPA, Licenciatura Plena Em História. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ 3º SGT PMPA. Especialista em Direito Processual: Constitucional, Civil, Penal e Trabalhista. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)